

CONV 203/02

WG II 7

**NOTA**

---

De: Secretariado

Data: Grupo de Trabalho II

---

**Assunto: Síntese da reunião de 12.7.2002, presidida pelo Comissário ANTÓNIO VITORINO**

---

A segunda reunião do Grupo de Trabalho II ("Carta") realizou-se em 12 de Julho de 2002, entre as 14.30 h e as 17.30 h, sob a presidência do Comissário António Vitorino.

*I. Calendário dos trabalhos*

1. Foram confirmadas as seguintes datas para as próximas reuniões:

– 23 de Julho (todo o dia)

– 17 de Setembro (todo o dia)

– 4 de Outubro (tarde)

– 7/8 de Outubro (datas reservadas)

– 21 de Outubro – dia da última reunião (em vez de 29 de Outubro, data inicialmente prevista), o que permitirá encerrar os trabalhos do grupo antes da reunião plenária da Convenção de finais de Outubro dedicada à apresentação de um primeiro esboço do tratado, conforme anunciou o Presidente da Convenção, Valéry Giscard d'Estaing.

## II. Modalidades e consequências da eventual integração da Carta nos Tratados

### – *Possíveis técnicas de integração da Carta*

2. O Presidente encetou um primeiro debate sobre este assunto, lembrando que o Grupo deverá voltar a esta questão crucial no decurso dos trabalhos, e salientou ainda:

- a relação entre a ideia de um tratado fundamental, bem como a sua dimensão, e a escolha das opções (apresentadas no doc. CONV 116/02), não sendo nenhuma delas à partida incompatível com esta ideia;
- as diversas possibilidades de combinação entre as opções apresentadas;
- a questão do preâmbulo, que não deve ser esquecida.

3. A maior parte dos intervenientes pronunciou-se a favor da inclusão da totalidade dos artigos da Carta num novo tratado fundamental (opção f), realçando nomeadamente as expectativas expressas designadamente pela sociedade civil e pela Convenção dos Jovens, no que se refere à visibilidade e à transparência dos direitos fundamentais da União, a importância fundamental de uma lista desses direitos no início de um tratado de base ou de uma constituição, bem como o carácter normativo da Carta, redigida "como se" se destinasse a figurar no tratado.

4. No entanto, outros intervenientes argumentaram que:

- a preocupação de não se afastar dos direitos fundamentais já existentes e de preservar a posição dos Estados-Membros (dada a orientação do Grupo no sentido de não alterar a Carta) favorecia as opções a) ou b) e que não se devia subestimar o interesse deste texto enquanto declaração;
- a escolha definitiva entre estas opções seria uma decisão política a tomar mais tarde, em função das respostas a determinadas questões técnicas que deverão ser examinadas pelo Grupo;

- podia haver a possibilidade de uma via intermédia, como por exemplo, um protocolo (opção e), combinado com uma referência à Carta num artigo do tratado de base;
- a escolha da técnica devia respeitar também a preocupação de não enfraquecer o sistema pan-europeu da CEDH;

5. Foram vários os intervenientes que salientaram que o preâmbulo da Carta (que constitui uma parte essencial desta) fora redigido por forma a englobar, para além dos direitos fundamentais e numa acepção mais geral, os valores e os fundamentos da União, pelo que, em sua opinião, poderia ser utilizado (eventualmente complementado por outros elementos) como preâmbulo de um novo tratado de base.

6. A concluir, o Presidente sublinhou a necessidade – quando se escolher a técnica de integração – de resolver diversas preocupações, entre as quais se contam, por um lado, a da visibilidade e importância políticas dos direitos fundamentais e, por outro, a da segurança jurídica. Recordou ainda as duas faces do compromisso em torno da Carta, salientando que, na altura, o consenso dizia respeito a uma declaração política, mas o texto tinha um perfil de texto jurídico, uma vez que fora redigido "como se" devesse ser integrado nos tratados.

- a questão do actual n.º 2 do art. 6.º do Tratado da UE (relação entre a Carta e a CEDH, por um lado, e tradições constitucionais comuns, por outro).

7. Alguns membros do Grupo pronunciaram-se a favor da supressão do n.º 2 do art. 6.º do Tratado da UE, no caso da integração da Carta como texto plenamente vinculativo, dado que esta inclui os direitos da CEDH e foi já considerada pelo Tribunal de Primeira Instância como uma interpretação das tradições constitucionais comuns; em todo o caso, o preâmbulo da Carta faz referência a estas duas fontes. No entanto, outras vozes manifestaram-se a favor da manutenção do n.º 2 do art. 6.º do Tratado da UE ou de uma disposição semelhante. Estes membros defenderam a ideia de que a Carta não contém todos os direitos garantidos na CEDH e nos seus protocolos e de que uma disposição como o n.º 2 do art. 6.º poderia favorecer uma interpretação da Carta em função das tradições constitucionais comuns. Além disso, constituiria um marco na abertura do sistema a futuras evoluções, permitindo ao Tribunal de Justiça tomar em consideração os novos elementos constitucionais que possam vir a surgir entre os Estados-Membros.

8. Neste contexto, foi também adiantado que – uma vez que as tradições constitucionais comuns foram a terceira fonte de inspiração da Carta (a seguir aos direitos da CEDH e ao Tratado CE) – a vontade de estabelecer uma harmonia entre estas três fontes ia no sentido do aditamento ou de uma disposição horizontal sobre as tradições constitucionais, semelhante às relativas às duas outras fontes, ou de um elemento de resposta a essa preocupação no n.º 2 do art. 6.º do Tratado. Na ausência de semelhante aditamento, a integração da Carta poderia dar demasiado poder político ao juiz comunitário. No entanto, outros observaram que a margem de apreciação do Tribunal de Justiça era maior actualmente, no âmbito de uma definição puramente pretoriana dos direitos fundamentais comunitários. Acrescentaram que seria particularmente difícil definir as tradições constitucionais comuns, pelo que forçosamente o Tribunal não podia deduzir a partir delas direitos idênticos aos existentes em todas as Constituições dos Estados-Membros, nem adoptar apenas o seu menor denominador comum.

9. Alguns dos intervenientes observaram que após os debates do Grupo sobre a adesão à CEDH, conviria voltar à questão do n.º 2 do art. 6.º do Tratado da UE, sugestão essa que o Presidente confirmou, considerando haver margem para manter as referências feitas no n.º 2 do art. 6.º, mas que conviria, em todo o caso, analisar o impacto de uma eventual decisão acerca da adesão à CEDH sobre a sua formulação dessas disposições.

– *Carta e competências da União*

O Presidente abriu o debate apresentando um documento de trabalho e indicando que, por seu lado, não via qualquer contradição entre a Carta e as competências limitadas da União.

10. Todos os oradores puseram a tónica na importância, já salientada pela anterior Convenção, do princípio segundo o qual a integração da Carta não afecta a repartição de competências entre a União e os Estados-Membros, tendo-se congratulado com os importantes esclarecimentos sobre este assunto dados pelo documento de trabalho (WD 03) do Presidente. Foi observado que a anterior Convenção fez questão de redigir uma lista completa também para tornar visíveis todos os valores comuns da União, nomeadamente no contexto das suas relações internacionais.

11. Na hipótese de escolha da opção f) – que é a sugerida no documento de trabalho do Presidente – , diversos intervenientes consideraram ser útil uma adaptação da redacção no n.º 2 do art. 51.º da Carta, esclarecendo que esta, uma vez integrada nos Tratados, não irá alterar as competências e missões definidas pelas *outras* disposições dos Tratados).

12. Na sequência de alguns pedidos de membros do grupo, o Presidente António Vitorino comprometeu-se a apresentar um documento de trabalho sobre as possíveis adaptações da redacção dos n.ºs 2 dos arts. 51.º e 52.º da Carta, bem como sobre as suas duplicações nesta última.

---